

TEXTO APRESENTADO NA XXXII JORNADA DE PSICANÁLISE DO ESPAÇO MOEBIUS 2023

O inconsciente estruturado com uma língua estrangeira*Edinei Suzuki**E-mail: suzuki.edinei@gmail.com**Membro da ALPL – Londrina-Pr*

Primeiramente manifesto minha gratidão pelo convite e parabenizo a comissão pela bela jornada que organizaram. E aos colegas do Moebius, que sempre são muito acolhedores e respeitosos com o que lhes trago de minha clínica e contribuem com meu percurso, sou igualmente grato.

Gostaria também de dizer algumas palavras do porquê estou trazendo esse tema para uma jornada que se intitula: “Formas de Gozo na contemporaneidade”. Hoje pretendo dividir uma experiência de minha clínica que só existe por causa de alguns fenômenos sociais, econômicos e políticos que fizeram e ainda fazem parte do nosso tempo: os movimentos migratórios iniciados no início do século XX dos japoneses para o Brasil e depois o movimento *decasségui* – descendentes de japoneses voltando para o Japão – ocorrido no final do mesmo século. Meus pacientes que tenho, ou tive, são decasséguis de segunda e terceira geração de japoneses. Dos casos que atendo ou atendi, existem os que nasceram aqui e depois foram para lá e se alfabetizaram em língua japonesa e os que nasceram aqui e foram para lá durante a adolescência ou adulto para trabalharem. O movimento decasségui começa com a vinda dos japoneses para o Brasil no início do século XX.

A história da imigração nos conta que quando os japoneses chegaram ao Brasil foram sendo distribuídos em várias partes do nosso país para trabalharem nas então decadentes plantações de café. Como muitos pretendiam retornar ao país de origem, resistiram à assimilação da cultura brasileira e tentaram criar uma comunidade que reproduzisse um Japão em terras estrangeiras e muitas vezes residiram em lugares muito distantes de capitais ou zonas urbanas. Por exemplo, tenho um paciente que nasceu no interior do Pará na década de 70, bem longe da capital, em um contexto em que seus pais exigiam que ele só falasse japonês e não se misturasse com as crianças brasileiras que eram filhas e filhos dos que trabalhavam na mesma fazenda. E hoje só é possível atender esses pacientes, com esse tipo de

experiência subjetiva e de estados tão distantes de nossas clínicas, por causa do próprio movimento decasségui, pois muitos foram para o Japão, constituíram família e depois voltaram para o Brasil para uma cidade distante da sua de origem.

Nunca tinha me dedicado a fazer disso uma clínica. Mas esse ano, por felizes encontros que aconteceram, olhei para esse tema de modo a transformá-lo em objeto de trabalho e aqui estou dividindo algumas hipóteses e contornos com vocês. Vou listar os pontos que, ao acaso, produziram esse feliz encontro:

- 1) esse ano propusemos trabalhar teoricamente com a temática do exílio em nossa associação;
- 2) já trabalhei com o tema da imigração japonesa em uma pesquisa de 2011-2013;
- 3) trabalhamos, em nossa associação, o seminário 18 em que Lacan aborda a temática do japonês e da escrita chinesa;
- 4) e um caso de uma paciente que é descendente de japoneses cujas peculiaridades no tratamento pretendo trabalhar na constituição desse trabalho.

Inicio pelo breve recorte que fiz do caso. Trata-se de uma paciente que nasce aqui, fica alguns meses com seus pais e depois é deixada com os avós por alguns anos. Depois desse período, seus pais voltam para leva-la para o Japão e, assim que chega, já inicia seu processo de alfabetização na língua japonesa. Um parêntese: é importante citar que até o ano de 1999 os filhos de decasséguis foram alfabetizados no idioma japonês, pois até esse ano não existia escola brasileira. Para essa paciente, à medida que a alfabetização avança, começa a suprimir sua língua de origem, que é o português, e passa a se sentir mais familiarizada e confortável com o japonês. Ela começa a habitar esse outro idioma. Assim, segunda ela, a gramaticalidade do idioma passou a organizar os pensamentos, a comunicação, a leitura, etc. Doravante, o português só aparecia esporadicamente e era sentido como língua estrangeira, ora para se comunicar com seus pais ou com pessoas que não entendiam muito bem o japonês. Vejam que coisa interessante: a primeira língua é o português e o japonês, que não é qualquer língua – Lacan se esforçou para mostrar isso –, vem como segunda língua que se torna predominante em sua subjetividade.

O que nesse momento interessa para mim é dividir com vocês algo do seu funcionamento em análise. Percebo constantemente uma dificuldade em metaforizar, isto é não consegue fazer conexões e nem deixar virem outros sentidos para os supostos significantes. O que resulta em uma fala muito próxima de alguns casos de psicóticos que se expressam de forma organizada, articulada, mas muito enrijecida em apenas em um sentido. A diferença dos psicóticos é que quando faço intervenções que as convida à equívocidade significativa, ela não tem reações delirantes ou agressivas, mas resulta apenas sem efeito. A questão que me faço é a seguinte: será que isso que constato com essa paciente não tem a ver com o que resta dessa gramática que por muito tempo organizou sua subjetividade?

Para abordar essa questão, parto de duas proposições de Lacan que talvez ajude a orientar minhas hipóteses¹. A primeira está em Lituraterra em que Lacan (1971) afirma que é preciso saber “como o inconsciente comanda a função da letra” (p. 110). E a segunda está no Seminário 20 em que diz o seguinte: “A linguagem é feita de lalangue, é uma elucubração de saber sobre lalangue, mas o inconsciente é um saber, um saber-fazer com lalangue”. É nesse sentido que Lacan vai dizer nesse seminário que “o ics é estruturado como uma linguagem”, pois o ics opera com sua gramática e assim permite ao falasser se defender dos efeitos de lalangue. Melman (2006-2007) propõe que a gramaticalidade do inconsciente opera ordenando letras. Pois bem, mas por que a gramaticalidade da língua japonesa faria a paciente se apresentar dessa forma em análise?

¹ É importante lembrar que já existem trabalhos que buscam compreender, dentro e fora do campo lacaniano, a relação da psicanálise com o japonês. Essas reflexões não tem origem em Lacan, mas remontam desde os primórdios da psicanálise. Desde 1902, a teoria da sexualidade freudiana fora mencionada em um artigo médico pelo escritor Ogaï Mori. E o psicólogo Hikoza Kaki, que esteve na conferência de Freud na Universidade Clark em 1909, produziu artigos e levou a psicanálise para o Japão como possibilidade de tratamento das neuroses. A partir de 1908 alguns teóricos japoneses já se esforçavam em colocar em trabalho a possibilidade de uma psicanálise oriental, cuja referência mítica para se pensar o sujeito não seria Édipo, mas um mito extraído do budismo e xintoísmo, denominado Ajase. Arriscaria dizer que é nesse sentido que Melman, no livro “*O homem sem gravidade*”, sugere que a castração incide de forma distinta no japonês, já que seus pilares morais e religiosos não são pautados na religião judaico-cristã, mas no budismo e xintoísmo. No mito de Ajase, segundo Vincent (1997), que foi pesquisadora na Universidade de Kyoto, a importância se inclina para o lado materno em que a relação com seu infante se pauta na culpa de um desejo infanticida da mãe e no perdão do filho. O pai, por sua vez, não teria a função de limitar os desejos incestuosos como no complexo de Édipo freudiano e nem a função de mediar tal relação. Consiste apenas em uma figura secundária. Tudo indica que a escolha de tal mito está alinhada com o aspecto cultural acerca do pai, que é considerado extremamente ausente do lar e o papel do infante é fazer com que se reaproxime da família.

Enquanto produzia esse texto que apresento, tive um outro encontro feliz com uma transcrição de uma entrevista feita por um psicanalista francês com um psicanalista lacaniano japonês que se chama Tsuiki Kosuke (2006), cujas ideias lançaram algumas luzes e me encorajaram a seguir com esse trabalho. Durante a entrevista, quando perguntado se ele acha que a cultura, a língua ou a escritura do Japão podem causar resistência à psicanálise, ele traz aspectos teóricos importantes que me ajudaram a avançar nessa questão. Ele acredita que existe algo diferente no japonês, que tem a ver com a língua, que realmente causa resistência, pois, segundo ele, não há uma tradição de se buscar a psicanálise como tratamento. Em geral, segundo Kitayama (2007), os casos atendidos pelos psicanalistas são psicóticos graves que estão institucionalizados. Contudo, apesar dessa resistência, Tsuiki Kosuke (2006) não concorda com a afirmação de muitos especialistas de que o sujeito japonês é inalisável. Segundo ele, alguns argumentos que sustentam essa tese partem de uma particularidade do idioma que é a ocultação do sujeito na frase. Para ele, essa afirmação é frágil por se demonstrar mergulhada num preconceito ocidental, uma vez que “a noção gramatical de sujeito é de origem ocidental” (p. 83). Por isso acredita que tal afirmação é um engano e não contempla a realidade do idioma japonês, porque mesmo que o sujeito não seja explícito, seu lugar é assegurado em uma frase coerente. Vejamos um exemplo que ele dá de um japonês fazendo um convite para outro: “ter o tempo? Se encontrar? Querer olhar a loja?”. O que é evidente nesses exemplos é que o verbo não é conjugado com o sujeito oculto. Em nosso idioma, em contrapartida, ficaria da seguinte forma: “tem tempo? Nos encontramos? Quer olhar a loja? Mesmo que o sujeito esteja oculto, o verbo faz referência a ele.

Com esse exemplo, ele marca essa peculiaridade na gramática do idioma japonês, onde os pronomes eu e você são omitidos, e propõe que isso tem consequências no nível do sujeito da enunciação. Para o psicanalista japonês, o sujeito escapa da divisão alienante entre enunciado e enunciação ao escolher não alienar-se ao sentido do Outro. Por isso, não se faz a conexão significativa entre S1 e S2. Dessa forma, segundo ele, o paradoxo do “eu minto” não se validaria, pois ao invés de dizer “eu minto”, o japonês diz “mentir”. O que resulta disso, me parece, é que sua relação com a Verdade se dá de maneira distinta do sujeito ocidental. Não quero me aprofundar nessa teorização, pois para mim restam dúvidas a respeito e tenho ressalvas com o que diz sobre a não alienação ao campo do sentido do Outro. No entanto, o que me chama a atenção em sua proposta é que, de alguma maneira, o psicanalista japonês identifica algo

que presenciei com a paciente que citei há pouco. Penso que, para a minha paciente, o significante não representa a sua divisão para outro significante, o que me conduz a pensar que existe uma relação diferente no que diz respeito à relação entre enunciado e enunciação, bem como entre Verdade e saber.

Existe uma passagem no texto *Lituraterra* em que Lacan (1971) afirma que para o japonês a operação de recalçamento é prescindível. E nessa esteira, ainda cita o *Bunraku*, que é uma espécie de teatro de marionetes em que toda a estrutura de manipulação dos bonecos fica à mostra. Não há uma tentativa de esconder ou de dissimular os humanos que operam os bonecos. O que me leva a refletir se não é isso que está em jogo com minha paciente, se o que deveria estar dividido entre saber e Verdade está à mostra como no *Bunraku*.

Se *n'Os 4 conceitos fundamentais da psicanálise* o recalçamento é considerado um mecanismo que opera sobre o S1, isto é, sobre o significante que representa o sujeito dividido, me parece que a proposta de Tsuiki Kosuke (2006) está alinhada com a de Lacan nesse aspecto. Contudo, se não estamos lidando com o recalque, o que pode ser então? Na realidade, o que Lacan (1971) afirma é que “o recalçado se aloja pela referência à letra” (p. 171), que no caso é a letra ideogramática chinesa (*kanji*), pelo trabalho significante de fonetização feito pelos japoneses para assimilar as letras que chegaram da china². É nesse sentido que Lacan (1972), no *Prefácio a edição japonesa dos Escritos*, afirmou que somente o japonês tem a felicidade de falar chinês em seu próprio idioma. Afirma também que essa apropriação da letra chinesa pelo japonês fez com que se tornasse tangível a distância entre inconsciente e a fala. Dessa maneira indica que as formações do inconsciente já estão presentes no discurso comum, por isso não motivaria o japonês a se implicar

² O *kanji* chega ao Japão no século V a.C., dois séculos depois de iniciarem os movimentos migratórios oriundos da China em direção ao sul do Japão. Quem leva para o novo território são os monges, juntamente com a religião budista (Paul Yves, 2019). Nesse momento, em solo japonês, os *kanjis* não eram feitos para serem verbalizados (*kun-yomi*), mas somente para transmitirem sentido (*on-yomi*). A escrita chinesa chegou de fora e fez com que o japonês realizasse um trabalho significante/fonetização (*kun-yomi*) para se apropriar dela. Isto é, começaram a atribuir sons para essas letras que vinham d'Outro lugar. Contudo, essa peculiaridade resultou numa lacuna entre a leitura e a verbalização do texto, criando algo de obscuro e enigmático para o japonês nessa relação da letra com sua sonoridade. Segundo Rego (2005), a obscuridade se dá pela dificuldade de o japonês identificar de imediato o *kanji* com sua respectiva verbalização (*kun-yomi*) na leitura de um texto. Talvez ele entenda o significado da frase, mas encontre dificuldades para verbalizar adequadamente. Além dessa peculiaridade, a letra do ideograma chinês é muito diferente da letra tal qual a conhecemos no ocidente. Para nós, a letra não carrega sentido e é um fonema. Já na escrita ideogramática, a letra, que é o elemento mínimo da linguagem, tem diferentes significados e um afrouxamento com relação à sonoridade, o que a faz ter várias possibilidades fonemáticas. Suponho que Melman, no livro “O homem sem gravidade” não encaminha a questão pela via da gramática, assim como faz Lacan, mas o faz pela castração. Não consegui encontrar nenhuma referência se ele já analisou alguns japoneses que buscaram sua formação na França, se conduziu alguma análise de controle com clínicos japoneses ou se foi apenas pelas leituras que pode ter feito de alguns artigos provenientes de lá. Mas parece que ele estava antenado com a produção teórica no Japão, que já trazia questões relevantes para o debate psicanalítico.

em uma psicanálise. E Lacan (1971) acredita que essa particularidade fez com que o “estatuto do sujeito fosse modificado”. Sobre essa orientalização do sujeito lacaniano, Roudinesco (2011), em *Lacan, a despeito de tudo e de todos*, afirma que “[...] seu discurso deixava entender que o sujeito japonês seria lacanianamente diferente do sujeito ocidental, porque, em sua língua, poderiam unir-se letra e significante: um real sem interpretação” (p. 75).

Gostaria de compartilhar com vocês até onde pude avançar sobre a escrita chinesa, mas não consigo, pois me estenderia demais em minha exposição. Mas o que nos serve para o presente propósito é justamente isso que Roudinesco (2011) chamou de “um real sem interpretação” e que Lacan (1971) definiu, para mim ainda de forma enigmática, de “um alojamento do recalcado na referência à letra”. Vale lembrar que sua perspectiva do sujeito lacaniano japonês o levou a formular uma polêmica reflexão se ele seria ou não analisável. Talvez seja apenas uma polêmica com requintes de retórica³, pois na minha maneira de ver, Lacan (1971) já considerava possível escutar esse sujeito pela via da “lei da polidez” japonesa. Para Lacan (1971), essa lei ensina que “a verdade reforça a estrutura de ficção”, já que não há nada de recalcado a esconder (Seminário 18, p. 117).

Para os especialistas do idioma japonês (não psicanalistas), a lei da polidez garante uma harmonia da interação social e é muito valorizada no país. Segundo Fukasa (S/D), “Do ponto de vista da “estratégia comunicativa”, isto é dos princípios que garantem a efetivação harmoniosa da conversação, o que importa mais não é tanto o que se diz num determinado contexto, mas o que não se diz em tais circunstâncias”. Isso é de uma sutileza tão grande que a ofensa à outra pessoa pode estar referida a uma sílaba no final de uma frase ou apenas a uma entonação, em que se subentenda uma afirmação em vez de uma interrogação. Maleval (2016) nos dá outra pista que abre caminhos para se pensar em como escutar e fazer intervenções nesse sujeito japonês que não é pela via da interpretação, mas da tradução, pois não se espera nenhum efeito de Verdade que pudesse advir de sua fala.

Depois dessa volta, retorno para o caso com uma hipótese que lance luz ao que pode ter me levado ao seu fracasso. A partir dessa premissa de que o japonês não funciona a partir do recalque e que existe um real que não

³ Lacan (1972), no *Prefácio a edição japonesa dos Escritos*, afirma que o dito espiritualoso é no Japão a dimensão mais comum do discurso, e “é por isso que ninguém que habita essa língua tem necessidade de ser psicanalisado, senão para regularizar suas relações com os caça níqueis”. Para mim, essa citação deixa claro que o japonês é psicanalisável, mas que sua abordagem deve ser feita a partir de outra perspectiva que não essa das formações do inconsciente. Mas qual seria essa abordagem?

necessita de interpretação, penso que fracassei porque minha escuta e intervenções deveriam estar posicionadas de outra forma que não essa de jogar com a equivocidade significativa de modo a poder fazer contornos nos pedaços de real, pois, como Sophie Maleval (2016) afirmou, “o sujeito japonês não comunica nada dele e também não esconde nada”. Como disse anteriormente, buscar a interpretação não produzia absolutamente nada e, com o tempo, a paciente começou a sentir-se frustrada por não conseguir fazer associações. Se essa letra de gozo estava à mostra, não havia um saber impossível sobre esse real que se consegue ouvir nos entre-ditos do falasser (Seminário 20). As questões que surgem aqui são: como devo orientar minha escuta e intervenções nesses casos? Qual é a direção do tratamento? E o divã, como fica? Como operar com essa fala que não sofre os efeitos do recalque, mas se aloja na referência à letra chinesa? O que consistiria em intervir a partir da tradução em vez da interpretação? Lamento nesse momento não poder responder tais questionamentos. Mas para mim ficou claro que o motivo do meu fracasso não foi a dificuldade de ouvir os pedaços de real, mas de conseguir operar com isso e colocar algumas balizas que me guiarão na direção do tratamento. Para finalizar, agradeço por me acompanharem na minha tentativa de trabalhar as letras que restaram desse caso e que fizeram litoral em minha prática.

Obrigado.

Referências⁴

Rego, C. M. (2005). Traço, letra e escrita na / da psicanálise. Tese de Doutorado. Puc-Rj.

Fukasa (S/D). As teorias japonesas sobre a enunciação – uma etapa fundamental para a investigação das modalidades no japonês.

Ganzarain, R. (S/D) The Ajase Complex and Various Types of Guilt.

Kitayama, O. (2017). Psicanálise no Japão – entrevista com Osamu Kitayama.

Kosuke, T. (2006). La psychanalyse au Japon - entretien avec Kosuke Tsuiki.

Marret-Maleval, S. (2016). La condition littorale lecture de « Lituraterre ».

Melman, C. (2006-07). 3 leçons – Lacan et les anciens.

Vincent Claire. La psychanalyse selon Ajase. In: Ebisu, n°15, 1997. pp. 29-59.

Yves Paul, « L'inconscient du japonais est inanalysable », Le Portique [En ligne], 43-44 | 2019.

⁴ As que aqui não constam, estão no corpo do texto.